

Reestruturação socioespacial na RMC: notas metodológicas acerca da relação indústria e território

Rafael Roxo

Introdução

Na perspectiva geográfica, analisar a industrialização implica considerar, conforme Fischer ([1990] 2008), as relações entre as coletividades, o Estado, os empresários e o território, mas principalmente, os efeitos que as novas tecnologias tem tido em relação aos fatores de localização e em relação à ação dos agentes citados. É necessário ponderar, ainda, que padrões mais flexíveis de produção tendam a se impor, mas os processos produtivos, são reorganizados e implementados conforme as necessidades internas das empresas (desintegração vertical, subcontratação, imperativos de pesquisa e inovação etc.), nas relações com o mercado ou nicho em que concorrem, e, com as qualidades do território, pois este possibilita as combinações de densidades distintas, de padrões fordista e pós-fordistas, necessárias à (re)produção da indústria.

No atual estágio, a indústria se caracteriza por apresentar-se como um sistema flexível e auto-regulado, possibilidade que se realiza com base em meios de circulação materiais (transportes) e imateriais (informacionais), descentralizados e interativos. No entanto, a indústria é justamente limitada pela oferta destas densidades, dadas pela divisão do trabalho e por sua capacidade de criá-las. De modo geral, onde o novo sistema técnico se instala, ele o faz reestruturando os territórios, com diferentes graus de integração e de flexibilidade (SANTOS, 2006). Por esta perspectiva, entende-se que o território se mundializa aos pedaços, pois são os lugares que o conectam ao mundo, ou seja, o território autoriza ou não esta relação.

Desse modo, partindo da conceituação do processo de industrialização, a sua evolução histórica, bem como as relações do processo com o território e o seu desenvolvimento, propomos discutir a dinâmica da produção industrial e as suas implicações territoriais na Região Metropolitana de Campinas – RMC, a partir dos anos 1980. A problemática que norteia nossa argumentação envolve analisar quais as relações destas dinâmicas com: a) as mudanças da lógica da produção industrial, b) as

políticas de provimento de infraestrutura, ensino e pesquisa por parte do Estado, e, c) as mudanças nas funções urbanas dos municípios na RMC?

A Região Metropolitana de Campinas foi criada em 2000 e é integrada por 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. É a segunda maior do Estado de São Paulo em população, com mais de 3 milhões de habitantes, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2015, e gera mais de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. (EMPLASA)¹

Argumentaremos que, desde os anos 1980, a desconcentração industrial em âmbito estadual beneficiou a RMC, de um modo geral, devido a fatores como a densa rede de infraestruturas de transportes e comunicação, às (des)economias de aglomeração, dentre outros fatores. A partir da análise do número de empregos no setor industrial, do número de estabelecimentos industriais, do valor adicionado fiscal da indústria e do valor adicionado fiscal - VAF da indústria, nota-se que de um modo geral, os indicadores econômicos da RMC se diferenciam da média estadual, bem como da dinâmica da metrópole paulistana.

Para fins de ilustração, a participação da indústria da RMC no estado de São Paulo subiu de 8,1% em 1980 para 15,1% no ano de 2012. Conforme dados da Emplasa, na região mais industrializada do país, a Macrometrópole Paulista, da qual a RMC é parte, entre 2000 e 2010, a participação da indústria da RMC subiu de 16,9% para 19,0%, indicando a elevação do ritmo do crescimento da indústria e a continuidade da industrialização na RMC².

No interior da região, a dinâmica industrial revelou tendências combinadas de concentração e desconcentração territorial da indústria, principalmente ao longo dos eixos rodoviários. O adensamento dos complexos produtivos contou com a

¹ Empresa Paulista de Transporte Metropolitano – EMTPLASA <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>

² Em 2010, a Região Administrativa - RA de Campinas (formada pela RMC e as regiões de governo de Piracicaba, Limeira, Jundiaí, Rio Claro e outras) detinha 27% do Valor Adicionado Fiscal – VAF da Indústria no total do estado de São Paulo. A RM de Sorocaba detinha 6,6%, a RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte 9,1%, RM da Baixada Santista 2,9%, a RM de São Paulo 38,1%.

implementação de novos processos produtivos no interior das aglomerações territoriais da indústria da RMC.

Como exemplo, podemos citar as cidades de Indaiatuba e Sumaré, onde as empresas Toyota e Honda fizeram surgir, desde final dos anos 1990, um conjunto de pequenas e médias empresas industriais fornecedoras de auto-peças, adensando e expandindo o complexo territorial da indústria dos transportes com base em Campinas. Além deste, o complexo territorial da indústria de alta tecnologia (máquinas e equipamentos, produtos químicos, farmacêuticos, informática, óticos etc.) vem beneficiando de modo seletivo as cidades de Campinas, principalmente, mas também outras cidades além das citadas³, ramos industriais que vem crescendo devido à oferta de serviços, centros de pesquisa e formação de mão-de-obra etc.

No período recente, fica evidente a nova especialização produtiva de âmbito regional. Os ramos industriais que mais cresceram na RMC, com maior variação do VAF fiscal, entre os anos 2000 e 2012, foram: máquinas e equipamentos (84,5%); produtos farmacêuticos (78%); material de transportes – montadoras e autopeças (58,7%); equipamentos médicos, óticos, de automação e precisão (58,6%).

Por fim, a intensificação da dispersão territorial da indústria, reforçou os laços urbano-regionais e entre os complexos territoriais da indústria têxtil, petroquímica, metal mecânica, localizados em Americana, Paulínia, e, Campinas e Sumaré, respectivamente, resultando no aumento da densidade industrial nos eixos urbano-industriais conformado pelas rodovia Anhanguera (SP-330) - o eixo mais antigo e de maior densidade da RMC. Este eixo direcionou historicamente a localização dos grandes estabelecimentos da indústria e dos demais setores econômicos, e, a partir dele, desde os anos 1980, vem ocorrendo o adensamento de outros novos eixos de crescimento urbano-industrial: a) eixo Campinas-Mogi Mirim (direcionado pela Rodovia Governador Adhemar de Barros, SP- 340); b) eixo Campinas-Indaiatuba (direcionado pela Rodovia Santos Dumont, SP-75), c) eixo Campinas-Monte Mor (pela Rodovia Francisco Aguirre Proença, SP-101); d) eixo da rodovia D.Pedro (SP-065).

³ O complexo industrial da indústria de alta tecnologia se estende às cidades de Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Valinhos e Vinhedo, como será discutido no texto.

Considerando a argumentação teórico-metodológica exposta, propomos a **hipótese** de que a concentração territorial da indústria, a dispersão territorial da indústria e a especialização da produção industrial são condição e produto das mudanças da lógica da produção industrial e das mudanças das relações das empresas com o território (ajuste espacial, o crescimento das atividades peri-produtivas, crescimento das PME-PMI, desintegração vertical e subcontratação, redução dos custos de mão-de-obra), ocorridas associadas às melhorias das infraestruturas de transporte de comunicação, bem como ao crescimento das instituições de ensino e pesquisa por parte do Estado, além das ofertas de terrenos, isenções fiscais e outros incentivos para atrair as empresas. Além disso, a conformação da territorialidade da indústria está implicada às progressivas modificações nas funções exercidas pelas cidades da região, como o rápido crescimento do setor terciário e da indústria de alta tecnologia, sobretudo em Campinas, processos solidários atividade industrial e que reafirmam a importância da região na produção industrial.

Nosso texto está dividido em três seções. Na primeira parte, discutiremos a relação entre o conceito de industrialização com a reestruturação socioespacial, fundamento da reprodução das relações das relações de produção. Na segunda parte, analisamos as implicações entre indústria e os territórios, condicionadas pela globalização, pela reestruturação produtiva e pelos investimentos do Estado em infraestruturas. Na terceira parte, argumentamos como as cidades-regiões apresentam-se como síntese dos processos e *locus* privilegiado do processo de acumulação de capital contemporâneo, com base na modificação da centralidade e da função urbana das cidades e regiões.

Indústria e reestruturação socioespacial

Nenhuma produção se realiza sem o trabalho (social) acumulado anteriormente, e os instrumentos de produção (as técnicas, as ferramentas etc.), em qualquer estágio do desenvolvimento social, o trabalho vivo e a produção se realizam sob esta condição. A indústria é uma forma de organização, realização do trabalho e distribuição de bens, e, como toda forma de produção (artesanal, manufatureira etc.), “forja suas próprias

relações jurídicas, forma de governo etc.” (MARX, Grundrisse, [1857-1858] 2011, p.60). As implicações entre as formas de produção, os Estados e as sociedades estão no cerne da economia política e do desenvolvimento desigual das formações econômico-sociais.

No interior desta perspectiva, a industrialização é tida como de processo econômico e social no qual a indústria se torna o setor dominante da produção (social) mediante a substituição de instrumentos, técnicas e processos produtivos, resultando no aumento da produtividade do trabalho⁴ e dos fatores de produção de riqueza e mercadorias. Historicamente, a economia de base agrária, comercial e as formas de produção artesanal e manufatureira passaram a ser condicionadas pela forma de produção industrial, havendo a modificação completa das relações socioespaciais⁵.

[...] assim que o sistema fabril conquista certa base existencial e determinado grau de maturidade; assim que seu próprio fundamento técnico, a própria maquinaria, passa, por sua vez, a ser produzido por máquinas; assim que se revolucionam a extração de carvão e ferro, bem como a metalurgia e os meios de transportes e, suma, são estabelecidas as condições gerais de produção correspondentes à grande indústria, esse modo de produzir adquire uma elasticidade, uma súbita capacidade de se expandir por saltos que só encontra limites na insuficiência de matéria-prima e de mercado por onde escoar seus próprios produtos. A maquinaria promove, por um lado, um incremento direto da matéria-prima, tal como ocorreu, por exemplo, com a *cotton gin*, que aumentou a produção de algodão. Por outro lado, o barateamento dos produtos feito à máquina e os sistemas revolucionados de transporte e de comunicação são armas para a conquista de mercados estrangeiros. Ao arruinar o produto artesanal desses mercados, a indústria mecanizada os transforma compulsoriamente em campos de produção de sua matéria-prima. [...] Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial. (MARX, [1890]2013, p.522-523, grifos no original)

⁴ Assim como o trabalho, a partir das revoluções industriais, o espaço social passa por um processo de metamorfose que é marcado pela homogeneização, fragmentação e hierarquização que caracterizam a divisão do trabalho, sendo organizado seguindo a lógica da produção de mercadorias.

⁵ A industrialização é parte de um processo mais amplo de modernização, em que a inovação tecnológica, desenvolvimento econômico e mudança social estão estreitamente relacionados. Há um processo de crescente racionalização, introduzindo mudanças de atitude dos indivíduos e da sociedade; também com relação à natureza, que passa a ser vista principalmente como recurso produtivo.

Na reinterpretação de Henri Lefebvre (1973) da obra de Marx, de um modo geral, com o desenvolvimento da grande indústria se firmam as relações de produção capitalistas, reorganizando a divisão do trabalho. Com a industrialização e a produção capitalista houve o avanço da fragmentação do trabalho e a sujeição do trabalhador ao maquinário, estabelecendo-se as relações específicas da sociedade burguesa: as relações entre capital-trabalho, sobretrabalho, mais-valia e sobreproduto social, “captados e geridos pela burguesia”. O modo de produção seria o “resultado global das relações de antagonismo: salário/capital, burguesia/proletariado”, legitimadas juridicamente pelo contrato de trabalho e pelas ideologias⁶.

O aprofundamento da noção de produção fornecido por H. Lefebvre, mostra que na industrialização ocorre de modo combinado, portanto, a reprodução o capital, com base na consolidação da grande indústria e suas condições gerais de produção, e a partir desta, reproduzem-se as relações sociais de produção, com a generalização da mercadoria (valor-de-troca) no espaço e nas sociedades. Nesse processo, o capital reproduz a si mesmo, a partir da “generalização da mercadoria”, redefinindo as relações sociais, instituindo sobre o espaço mundial seus desígnios. Esse salto se dá na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, marcado pelos processos de concentração e centralização de capital em âmbito produtivo.

Aqui já podemos apontar algumas das principais características do processo de industrialização: o aprofundamento na divisão do trabalho e da sua especialização; concentração da renda e da riqueza; intensificação da formação bruta de capital fixo; aumento da produtividade industrial e agrícola; aumento do consumo; generalização do trabalho assalariado; incremento da urbanização e desenvolvimento do setor de serviços; dentre outros.

A industrialização generalizada associado à planificação e ao urbanismo moveu a urbanização planetária. Na acepção de Henri Lefebvre o espaço urbano seria, simultaneamente, condição geral de produção e o produto (mercadoria) ensejado pelo modo de produção. Enquanto a indústria foi central na transição do capitalismo

⁶ Na obra “A re-produção das relações sociais de produção” de Henri Lefebvre (1973) temos a discussão de categorias fundamentais do pensamento marxiano. A dizer, são retomados os conceitos de produção e modo de produção, para discutir-se a noção de reprodução. Na perspectiva do autor, centrais em termos teóricos, pois a reprodução articula a produção e o modo de produção.

concorrencial para o capitalismo monopolista, a partir do final do século XIX; o crescimento da produção imobiliária e a reestruturação produtiva (a financeirização, a terciarização, a desindustrialização etc.), a partir do final da segunda guerra mundial, se tornariam centrais ao modo de produção, a produção capitalista do espaço.

A lógica da produção capitalista do espaço e o conceito de reestruturação socioespacial, emergem do esforço de compreender como as dinâmicas sociais e econômicas estão implicadas às modificações da forma, função e estrutura das cidades e das regiões, enfim, do espaço social. Conforme Soja (1993) a reestruturação socioespacial está implicada à periodicidade da regionalização na geografia histórica do capitalismo. Soja relaciona as reestruturas à (re)criação das paisagens (com base nos argumentos de David Harvey) e à ondas longas do capitalismo (na perspectiva de Ernest Mandel).

Para Soja (1993, pp.199-203), conforme Harvey, o capital tende a criar e a recriar a paisagem (e o meio ambiente construído) conforme a sua própria imagem. Nesse processo, o capitalismo negocia constantemente a sua preservação, bem como a sua desvalorização, abrindo o caminho para um novo ciclo de acumulação⁷. Conforme Mandel, a interpretação regional decorre de que o “sistema capitalista aparece como uma estrutura hierárquica de diferentes níveis de produtividade”, implicando, na busca por superlucros, os Estados, as empresas, as regiões e os ramos da indústria. Os superlucros são possíveis mediante a três fatores: dois associados à diferenciação regional (subnacional e internacional) e outro implicado ao desenvolvimento setorialmente desigual.

Até aqui procuramos argumentar que na industrialização e na produção industrial produzem-se as condições gerais de produção e as mercadorias, havendo nesse processo, a reestruturação da sociedade e dos espaços. Em outras palavras, a produção industrial cria as formas de consumo e o cotidiano (no dizer de Lefebvre estabelece a “sociedade burocrática do consumo dirigido”), com base a) no trabalho (apropriado pelo capital, sua divisão, temos a produção do valor, o sobretrabalho etc.), b) no capital (a propriedade privada posta a serviço da acumulação) e, c) nas condições

⁷ Na perspectiva de D.Harvey, a destruição-criativa impelida pela divisão global do trabalho, em distintas escalas da geopolítica, é contraditoriamente implicada às lutas pelo meio ambiente construído.

gerais de produção (infraestruturas, transportes, serviços etc., materializadas no território).

No capitalismo tardio, a partir do pós-guerra, o forte intervencionismo estatal combinou-se ao capitalismo monopolista havendo mudanças na “fonte de super-lucros”. Desde então, estas são baseadas nas rendas tecnológicas, oriundas da “justaposição industrial global de desenvolvimento em setores dinâmicos e subdesenvolvimento em outros, primordialmente nos países imperialistas, mas também, de modo secundário, nas semicolônias” (MANDEL, 1975, p.103 *apud* SOJA, 1993, p.202)⁸. As rendas tecnológicas portanto se articulam com o desenvolvimento regional:

À medida que crescem as fontes setoriais de superlucros, as fontes espaciais não necessariamente declinam para a insignificância, pois o desenvolvimento geograficamente desigual pode ser continuamente reconstituído. A rigor, a busca contemporânea de superlucros, onde quer que possam ser encontrados, está chegando a um auge competitivo mais alto do que nunca na história do desenvolvimento capitalista, recriando padrões novos e mais complexos de desenvolvimento e subdesenvolvimento em todo o mundo. (SOJA, 1993, p.203)

Desde então o planejamento como discurso e prática se generalizaram pelo mundo, como solução para o desenvolvimento econômico, social e a redução das disparidades regionais, como será discutido no próximo item.

Indústria e território: o capital, o Estado e as desigualdades socioespaciais

Jean Gottmann no célebre a “A evolução do conceito de território” considera a categoria território como uma “conexão ideal entre espaço e política”. Aprofundando a noção, que remete a uma “porção do espaço geográfico”, entende-se que o território é o

⁸ “Como ele toma o cuidado de observar, essas rendas tecnológicas — lucros oriundos de progressos da produtividade predominantemente baseados nos avanços tecnológicos e na organização dos sistemas de produção — existiram em períodos anteriores e foram essenciais para as próprias origens do capitalismo. Na falta de níveis elevados de centralização e concentração do capital, entretanto, a apropriação das rendas tecnológicas tendeu a ser de magnitude limitada e curta duração, especialmente em virtude da concorrência empresarial descontrolada. Somente no Capitalismo Tardio, alega Mandei, foi que elas se tornaram predominantes e eficientemente sistêmicas”. (SOJA, 1992, p.202)

suporte material das sociedades e dos Estados (fundamental na sua constituição), ele reflete as transformações do mundo, portanto tem seu significado alterado ao longo do tempo⁹. Ainda assim, de um modo geral, o território apresenta-se como “abrigo” das sociedades (conforme maior ou menor acessibilidade destas) e o território é tido como “recurso” econômico (apropriado ou em potencial, ex. Antártica). Portanto é um conceito político e geográfico, “porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos” (GOTTMANN, [1975] 2012, p.523-526).

André Fischer ([1996] 2008), ao analisar as relações entre empresas e territórios afirma: “Todo espaço geográfico é dotado de uma dupla estruturação simultânea”, refletindo, desse modo no dualismo do território. De modo esquemático, podemos definir a dupla estruturação: a) pelos níveis administrativos institucionais, e b) pelo sistema de fluxos e das redes relacionadas às empresas. A primeira estrutura corresponde aos recursos e “diversos estoques”, potencialidades e capacidades de “adaptação às flutuações das necessidades das atividades econômicas”. A segunda estrutura é moldada sobre as redes informacionais, com forte capacidade de “mudança e mobilidade espacial”. A primeira estrutura pode ser local, regional, nacional; a segunda estrutura, caracteriza-se por ser mundial, dificultando a sua regulação (e o planejamento), impondo conflitos nas diferentes escalas. A empresa se insere no nível administrativo e institucional, mas sua ação se dá no espaço concreto, um território.

Milton Santos (2006, p.243) afirma

Agora, os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Eles preferem um espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos.

Conforme este autor, apoiados nos sistemas de engenharia criados em cada país, a atuação dos agentes hegemônicos ocorre por cima dos Estados, garantindo a quebra da reserva de mercado, a desindustrialização e a diminuição da soberania, situação em que os negócios governam mais que os governos (movendo a erosão da soberania nacional).

⁹ Conforme Jean Gottmann, sobretudo a noção de soberania foi afetada pelas tecnologias. Por exemplo, os aviões criaram um território acima, o espaço aéreo, e as telecomunicações deram novos significados a noção de fronteira.

Nessa situação nova, não há o fim da economia nacional, mas sim uma modificação das relações ente entre as entidades territoriais nacionais, as estratégias e as organizações das empresas. Desse modo, podemos interpretar como os territórios nacionais se transformam num “espaço nacional da economia internacional”. (SANTOS, 2006, p.243-245).

A globalização associa e defronta normas e formas. O território é a mediação entre o mundo, a sociedade nacional e local (regional), combinando as diferentes normas e formas nacionais e mundiais, a globalização se dá articulando uma norma global desterritorializada e um território local normativo. (SANTOS, *op cit*, p.337-8)

O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. Esse dado é, hoje, fundamental, já que o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção uma produtividade maior. Nesse sentido, o exercício desta ou daquela ação passa a depender da existência, neste ou naquele lugar, das condições locais que garantam eficácia aos respectivos processos [...] É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para ser tornar *espaço*, o mundo depende das virtualidades do Lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma. (SANTOS, 2006, p.337-8, grifos no original)

As relações entre centro e partes distantes (periferias), região ou regiões dominantes sobre outras, merece destaque na organização do território nacional a noção de primazia dos grandes centros urbanos (a exemplo da megalópole americana do nordeste), graças à onda mundial de urbanização e industrialização, desde os anos 1950. Em contrapartida tal condição (concentração e centralidade) exigiria do planejamento estatal medidas para fazer justiça frente às desigualdades regionais de âmbito nacional. “Aparentemente, a evolução do conceito de território nacional, que vem enfraquecendo o papel da segurança e da soberania, encorajou a ascensão de regionalismos políticos amplamente baseados em queixas econômicas.” (GOTTMANN, *op cit*, p.537)

Diante desse contexto, as mudanças na produção industrial e a profunda recessão mundial dos anos 1973-1975 marcam o fim de um ciclo de expansão que seguiu à segunda guerra mundial. Elas podem se lidas como uma cadeia de crises: na DIT e na

distribuição do poder político e econômico; nas funções (hoje claramente contraditórias) do Estado nacional; no sistema previdenciário keynesiano e nos contratos sociais estabilizadores entre governos, empresas e mão de obra organizada; nos padrões de desenvolvimento regional no interior dos países (desde o século anterior); nas formas desenvolvidas de exploração das mulheres, das minorias e do meio ambiente natural; na morfologia espacial, na industrialização e funcionamento financeiro das cidades e das áreas metropolitanas; na concepção e na infraestrutura do meio ambiente construído e do consumo coletivo; e, “nos modos como as relações de produção capitalistas se imprimem na vida cotidiana, desde o processo de trabalho no local de trabalho até a reprodução da vida, da mão de obra e do poder patriarcal na família e no lar.” (SOJA, 1993, pp.194-5)

Assim, a cadeia de crises indica a passagem do predomínio da produção industrial de massa, taylorista-fordista, fundado nos grandes complexos industriais, desde fins do século XIX até meados do século XX, e, vai aos poucos, sendo questionado e modificado por formas de produção flexíveis e programadas que foram disseminadas. O novo paradigma foi beneficiado pelas políticas públicas que incentivaram a industrialização mediante melhoria dos transportes e das comunicações, investimentos na indústria de base, além de incentivos fiscais, doação de terrenos etc., contribuindo para integração de cidades, mercados e atividades diversas, fazendo materializar novos espaços urbano-industriais, em diferentes escalas.

Para Fischer (op cit), no quadro do planejamento territorial o “reajustamento do território”, sobretudo, se considerarmos os conflitos movidos pelos interesses das grandes empresas e da lógica financeira, fazem mudar as escalas de intervenção. A disjunção funcional¹⁰ representa, em parte, as novas lógicas da produção e da acumulação capitalista, de modo que a separação entre a empresa e estabelecimento está mais associada aos interesses estratégicos que visam a capitalização da empresa (e a rentabilidade financeira), possuindo, portanto, menor relação com o território. Já a lógica dos estabelecimentos (as unidades produtivas) está condicionada por fatores inscritos no espaço geográfico.

¹⁰ A disjunção funcional ou desintegração vertical é parte da reestruturação produtiva. Os processos de terceirização e subcontratação movem tanto a formação de novas redes de empresas (configurando aglomerações territoriais que unem contratantes e fornecedoras; a dispersão territorial possibilitada pelos avanços dos meios transportes e comunicações etc.), como moveu a expansão das empresas-rede, aumentando seu poder de fluidez e capacidade de ação sobre os territórios, dificultando sua regulação.

A distinção entre o estabelecimento e a empresa não é um discurso vago de escola: ela permite melhor compreender a combinação entre uma concentração geográfica cada vez mais forte de poderes de comando e uma dispersão de atividades cada vez mais dependentes nos espaços periféricos; reencontra-se, por conseguinte, a dupla abordagem, a metropolização e o dualismo dos territórios.¹¹

Como consequência temos mudanças no padrão de urbanização, fazendo-se acompanhar as mudanças do padrão da produção capitalista. Enquanto a metrópole foi a resultante do padrão espacial fordista de produção-acumulação, a constituição da cidade-região São Paulo (LENCIONI, 2011), adviria do caráter pós-fordista de produção, resultando, conforme Nobre (2002, p.7), num “novo ente territorial”, que representa 71% da população e quase 80% do PIB do ESP.

A forte presença dos investimentos estatais nessa cidade-região é descrita por Nobre¹²:

Entre o final da década de 1970 e meados da década de 1990, a rede rodoviária estadual passou de 18,3 para 28,5 mil km de extensão, tendo havido uma melhora qualitativa também, com a construção de modernas auto-estradas, tais como as rodovias dos Bandeirantes, Castello Branco e Ayrton Senna. Nesse período, a expansão da rede elétrica permitiu que o consumo total de energia duplicasse, sendo que no interior do Estado ele cresceu 2,5 vezes.

Houve também a duplicação do número de aparelhos telefônicos instalados, de 7 para 14 por 100 habitantes. Em 1995, apesar de a RMSP continuar apresentando a maior média (16 aparelhos/100 hab.), as Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba também foram privilegiadas, passando respectivamente para 13; 11 e 9 aparelhos/100 habitantes.

Além da melhora quantitativa, ocorreu também uma melhora na qualidade dos serviços de telecomunicações através da implantação dos sistemas de DDD e DDI (respectivamente Discagem Direta à Distância e Discagem Direta Internacional), que facilitam a dispersão das atividades produtivas pelo território. (NOBRE, 2002, p. 5)

Na RMC, a instalação da Refinaria do Planalto - Replan, do Aeroporto Internacional de Viracopos, a ampliação e a produção de rodovias, a criação da universidade Unicamp e outros projetos nas décadas de 70 e 80 tiveram como

¹¹ Fischer (op cit, p. 66). O autor indaga ainda se existem recortes territoriais ótimos e escalas de intervenção relevantes? Se sim, não escapam dos conflitos entre a escala da regulação social (local, regional, nacional) e a escala da regulação econômica (mundial), portanto além de aumentar as unidades territoriais (escala metropolitana, regional), devendo-se as coletividades decidir sobre o uso do território.

¹² Nobre utiliza-se do conceito de Macrometrópole Paulista cunhado pela EMPLASA.

consequência a expansão da industrialização, em diversos municípios, visto que são atividades com forte rebatimento em diversos ramos industriais. De um modo geral, a desconcentração industrial vem privilegiando os municípios mais próximos à Campinas, estabelecendo processos de coalescência sócioespacial com a cidade-sede da região, à semelhança das regiões de São José dos Campos e Sorocaba. Além disso, a especialização produtiva vindo sendo influenciada pelas instituições de ensino e pesquisa. O município de Campinas concentra o maior número de instituições de C&T na RMC, o que favorece a especialização produtiva em setores de alta tecnologia como informática, transportes, químicas e outras, caracterizados pelos fortes laços com o setor terciário, indicando a formação de novas desigualdades sócioespaciais.

Em âmbito municipal, a criação dos distritos industriais e de legislações de isenções fiscais são exemplos de ações adotadas pelo poder público das cidades da RMC, buscando direcionar e atrair investimentos industriais. Por exemplo, em Campinas, a instalação do Distrito Industrial de Campinas – DIC (I, II, III, IV e V)¹³ entre os anos 1973 e 1990 favoreceu a instalação das indústrias de grande porte e dos bairros operários construídos pela COHAB, contribuindo para intensificar a urbanização e a continuidade da industrialização, modelo seguido pelos municípios da região. Além disso, evidenciou-se a ação de agentes locais que se impeliram na criação de novos municípios, originados de antigas aglomerações territoriais das indústria (distritos industriais), a exemplo de Hortolândia e Engenheiro Coelho, emancipados em 1991¹⁴.

Ao nosso ver, o crescimento de investimentos em habitação e urbanismo, do mesmo modo que os investimentos regionais, que aparecem como política social, acabam beneficiando sobremaneira o capital. Os primeiros, como garantia de redução dos custos de mão-de-obra, os segundos (infraestrutura urbana, serviços urbanos e

¹³A partir de 1973, com a implementação do Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas – PPDI (1973-1990), foi estabelecida uma política de desenvolvimento industrial em Campinas. Tal política de desenvolvimento previa controlar e direcionar o crescimento urbano e industrial a partir da implementação de novos loteamentos residenciais para as classes média e alta (região norte do município) e principalmente com a criação do Distrito Industrial de Campinas – DIC, na região sul de Campinas. Os chamados DIC's foram projetados para abrigar indústrias e conjuntos habitacionais populares. Tanto os estudos como o financiamento da implantação dos DIC's foram realizados em parceria com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU, órgão ligado ao Banco Nacional de Habitação – BNH, e com a Companhia de Habitação Popular de Campinas - COHAB Campinas. (Fonte: Secretaria do Planejamento e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campinas).

¹⁴ Hortolândia se emancipou de Sumaré, enquanto Engenheiro Coelho se originou de Artur Nogueira, ambos em 1991.

transportes coletivos), estão diretamente associado à ampliação das condições para os investimentos econômicos¹⁵.

Atualmente, de um modo geral, os novos arranjos institucionais de gestão entre os entes públicos e privados vêm favorecendo a implementação de planos, leis e gestão locais que primam por criarem condições ao crescimento econômico. A fragmentação do planejamento territorial acaba por intensificar a concorrência entre os entes da federação e, nesta disputa por investimento, por sua vez, a lógica econômica é favorecida pela privatização da gestão do território. Como reflexos destas ações conjugadas em diferentes escalas, evidencia-se que vem ocorrendo uma desconcentração-concentrada da produção industrial na RMC e na cidade-região São Paulo, condicionada pelos investimentos estatais que favorecem as principais cidades da rede urbana paulista.

As cidades-regiões: centralidade, função e as novas desigualdades socioespaciais

A evolução da forma urbana (“a estrutura espacial interna da cidade capitalista”), assim como a região, está diretamente associada às fases de declínio, recessões, repressão e sublevação social que marcam o fim das longas fases do “crescimento expansivo da economia macropolítica do desenvolvimento capitalista”, culminando na “recontextualização da vida social”. Cada país conhece diferentes datas para adentrar a “era das reestruturações”, estando as cidades e sua organização social interna, de modo diferentes, a ela implicada (SOJA, 1993, p.210-2).

Conforme Lencioni (2011) a metropolização do espaço é o processo determinante das transformações socioespaciais recentes. Tal processo sintetiza os processos combinados de globalização, de reestruturação produtiva e de financeirização da economia, conduzindo a uma verdadeira metamorfose do espaço, expressa numa aglomeração com aproximadamente 200 km, a partir do seu centro, a metrópole de São

¹⁵ Os vastos investimentos estatais em rodovias, energia, telecomunicação, universidades, habitação etc., durante décadas de política desenvolvimentista, acabaram norteando o crescimento econômico no país. Direcionada pelos eixos rodoviários, a desconcentração urbano-industrial, em território paulista, representa os efeitos materiais das políticas. De modo geral, contribuíram para a redução dos custos de produção e criaram as condições para a dispersão econômico-industrial.

Paulo. A cidade-região é o território privilegiado para a reprodução do capital, pois reúne as condições gerais para a mesma.

Por outro lado, o processo de metropolização associado ao de desconcentração industrial não se desenvolveu de forma contínua; ao contrário, privilegiou as cidades localizadas junto aos principais eixos de circulação viária. Além do mais, algumas cidades, não importando o seu porte, ou seja, quer fossem médias ou pequenas, passaram a ser integradas diretamente à nova lógica da reestruturação produtiva, enquanto outras o fizeram apenas indiretamente. Isso significa que embora o processo de metropolização tenda a homogeneizar o território, esta homogeneização constitui apenas uma tendência, porque persistem e são criadas novas diferenças. (LENCIONI, 2011, p.140)

Após os anos 1980, conforme Selingardi-Sampaio (2009, p.387), as novas formas de concentração territorial (complexo tecnológico, complexo da indústria cultural etc.) estariam relacionados ao crescimento dos setores terciário e quaternário. A existência destes serviços produtivos específicos, seriam sinalizadores do porvir. Além destes fatores, a ação do Estado e a força de atores na escala nacional e global facilitou os influxos da globalização econômica. A partir da instalação das empresas transnacionais, acelerou-se a revolução da tecnologia da informação, possibilitando a instalação do novo paradigma pós-fordista e o avanço da financeirização do sistema capitalista.

Foi com base nos efeitos e avanços propiciados por todos esses processos que a reestruturação da produção, em muitos setores e ramos, pôde ser realizada, e a produção industrial ser, parcialmente, deslocada para outras áreas, enquanto as funções de concepção e direção permaneciam na metrópole. Tal esquema reproduz em escalas metropolitana e regional, e de forma muito assemelhada, o modelo de disjunção espacial da produção que as grandes corporações internacionais difundiram em escala global nas últimas cinco décadas - disseminando fábricas pelo mundo, mas restringindo as atribuições mais nobres, como geração de inovação e controle corporativo, aos países de origem -, e faz de metrópoles como São Paulo e de regiões como as que ela polariza, microcosmos sintetizadores de feições e processos globais (ainda que aqueles internos, locais e regionais, continuem a exercer suas influências). (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p.387)

A Aglomeração Territorial Industrial – ATI nucleada por Campinas, coexistem os complexos territoriais da indústria de alta tecnologia, petroquímico, automotivo e têxtil, com bases territoriais em mais de um município, como já apontado. Conforme Selingardi-Sampaio (2009, p. 420-1), desde os anos 1980, a ATI liderada por Campinas passou a vivenciar “uma situação idêntica à vivida pela metrópole de São Paulo, nas décadas de 1960 e 1970”.

Os ramos e setores industriais instalados em Campinas, seriam movidos por “forças centrípedas” que foram “acionadas no seu interior”. Os motivos foram as restrições de espaço físico, a “guerra fiscal”, preços altos dos terrenos, dentre outros. O movimento das empresas (e outros) levou ao aumento do território produtivo para os municípios contíguos ou próximos, com correlata conurbação, em um “ativo processo de metropolização”, que integrou as áreas urbanas do município de Campinas e vizinhos às ATIs de São Paulo, da Baixada Santista, de São José dos Campos e Sorocaba. Na ATI de Campinas a “aglomeração industrial microrregional que se mostra estruturada está tomando contornos de um complexo territorial industrial metropolitano”, como uma das partes do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista - MCTIP (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p.420-1).

As especializações produtivas foram definidas com bases microregionais. O complexo territorial petroquímico constituiu-se no entorno da Replan (em Paulínia) deu origem ao “colar” de empresas compradoras e fornecedoras: Rhodia, Shell, ICI, Dupont, Extrafértil, Exxon etc. (CANO e BRANDÃO, 2002, p. 46). Em Campinas e municípios adjacentes há a concentração do complexo metal-mecânico (máquinas, equipamentos industriais), indústria química, alimentos (com base na produção agropecuária regional), papel e papelão. O complexo territorial da indústria têxtil instalado em Americana, Santa Bárbara do Oeste, Sumaré (entre outros setores menos expressivos).

Além da expansão, diversificação e dispersão das concentrações tradicionais, durante os anos pós 1980, houve a consolidação e a expansão do complexo territorial industrial de informática¹⁶, em Campinas, Jaguariúna e Hortolândia e do complexo

¹⁶ O complexo territorial tecnológico (informática, microeletrônica e telecomunicações) é liderado pelas empresas Dell, IBM, Motorola, HP, Siemens, Acer, Alcatel, dentre outras, e compreenderia, além das cidades citadas, Americana, Sumaré e Santa Bárbara do Oeste.

territorial automotivo¹⁷, em Indaiatuba e Sumaré, durante os anos 1990, materializando novas formas de concentração territorial da indústria que se desenvolvem associadas, dentre outros fatores, ao setor terciário.

Considerações finais

Conforme argumentamos, com base em Marx e Lefebvre, compreendemos que nos países subdesenvolvidos industrializados, o advento do capitalismo, a sua consolidação e expansão geográfica (bem como suas reestruturações) deve ser analisada com base na expansão e na penetração das relações de produção e de troca, a partir de fora, como condição e produto de um processo global de expansão que é movido por ondas de crescimento, aceleração e retração da acumulação, possibilitada pelos processos de concentração e centralização de capitais. Na ordem nacional, as relações de propriedade condicionam as relações das classes sociais, mediadas pelo Estado, configurariam os arranjos institucionais que estruturam os regimes de acumulação de capital (mercantil, industrial, financeiro). Estes, assim como o modo de produção seriam realizáveis mediante as implicações mútuas entre as empresas e o território.

Em outras palavras, de acordo com Milton Santos, o espaço territorial autoriza ou não os processos produtivos que são regidos pela divisão internacional do trabalho e pela globalização. Sobretudo, com a reestruturação produtiva contemporânea e a desintegração vertical das grandes empresas está havendo a criação de novas redes de empresas (subcontratadas ou terceirizadas) com rebatimentos territoriais diversos, sobretudo na forma, na função e na estrutura das cidades. A exemplo do que foi a metrópole na fase fordista da indústria, a cidade-região emerge como condição geral à produção industrial pós-fordista.

Ainda assim, a desconcentração industrial e a metropolização do espaço associadas parecem recriar a primazia dos grandes centros urbanos, conforme

¹⁷ O complexo territorial automotivo teve início nos anos 1950, com a instalação da Mercedes Benz e empresas de auto-peças como a Bosch, em Campinas, e nos anos 1990, com a Honda e a Toyota, em Sumaré e Indaiatuba, respectivamente.

argumentos com base em J.Gottman, A.Fischer, S. Lencioni e Selingardi-Sampaio. Para Fischer, os investimentos estatais em institutos de pesquisa, universidades, a difusão de novas tecnologias, a extensão das redes de transporte e comunicação etc., incentivados pelas coletividades resultaram na disseminação de um modelo tecnopolitano de política de desenvolvimento, resultando na “concorrência entre os territórios”, e que conduzem, apesar dos apelos do discurso, à manutenção do desenvolvimento desigual (a exemplo do que ocorreu na França).

Na RMC, a exemplo do que ocorre na cidade-região São Paulo, a combinação dos processos de industrialização e urbanização, tende a conduzir à continuidade do desenvolvimento desigual das cidades e regiões, em função das novas divisões do trabalho impostas a partir da globalização. Em outras palavras, as novas formas de produção (do espaço e do capital) se dão acentadas sob as relações das empresas com os territórios, privilegiando aqueles que acumulam historicamente as condições gerais à produção do capital, as cidades-regiões, megalópoles e megarregiões, tendendo a reforçar as antigas e produzindo novas desigualdades socioespaciais nos territórios.

Frente à reestruturação socioespacial contemporânea e às modificações econômicas (desindustrialização, terciarização, financeirização, crescimento do setor imobiliário etc.) e espaciais (fragmentação, homogeneização, hierarquização, espetacularização, policentralidades, segregação etc.), muitos pesquisadores tem sido seduzidos pelo ideia de ruptura, pondo fim ou negligenciando a indústria como condicionante socioespacial. No entanto

[...] falar da cidade "pós-industrial" é, na melhor das hipóteses, uma meia-verdade, e na pior, um espantoso erro de interpretação da dinâmica urbana e regional contemporânea, pois a industrialização continua a ser a força propulsora primordial do desenvolvimento, em todas as partes do mundo contemporâneo.

Nascida, em grande parte, dessa combinação de desindustrialização e reindustrialização, há uma reestruturação interna igualmente paradoxal das regiões metropolitanas, marcada por uma descentração e uma recentração das nodalidades urbanas. A suburbanização/metropolitanização difusa continua, mas já não parece tão inequivocamente associada ao declínio dos centros das cidades. Um "renascimento" cuidadosamente orquestrado do centro vem ocorrendo, tanto nas regiões metropolitanas em crescimento quanto na declinantes. Ao mesmo tempo, o que alguns denominaram de "cidades externas", aglomerações bastante amorfas que desafiam as definições convencionais de urbano-suburbano-exurbano, estão formando novas concentrações dentro do tecido metropolitano e provocando uma onda de neologismos

que tentam captar sua singularidade: tecnópolis, tecno-burgo, aldeia urbana, metroplex e paisagem de silício.

O processo de internacionalização criou outro conjunto de paradoxos, pois implica um estender-se para fora, do urbano para o global, e um estender-se para dentro, do global para o local urbano. Isso deu um novo sentido à noção de "cidade-mundo", como uma condensação urbana da divisão internacional reestruturada do trabalho (Friedmann e Wolff, 1982). Mais do que nunca, a economia macropolítica do mundo está-se contextualizando e reproduzindo na cidade. As cidades do Primeiro Mundo estão ficando repletas de populações do Terceiro Mundo, que, em alguns casos, são agora a maioria. Enquanto essas cidades-mundo compostas espicham-se cada vez mais, moldando a economia internacional numa forma de planejamento espacial global, elas também incorporam internamente, cada vez mais, as tensões e os campos de batalha políticos e econômicos das relações internacionais. (SOJA, 1993, pp.227-8)

Por fim, com base ainda nos argumentos de Soja (1993), frente a este conjunto de tendências combinadas e contradições, a geografia industrial regional, revigorada e reorientada, é campo do conhecimento privilegiado para análises macro, meso e micropolíticas da reestruturação. A perspectiva regional facilita a síntese do urbano e do global, ao mesmo tempo que continua como forte mediadora do Estado nacional, apesar do seu enfraquecimento em geral.

Referências bibliográficas

CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (org.). A região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002.

FISCHER, André. A empresa e o território. *In*: FIRKOWSKI, Olga Lucia; SPOSITO, Eliseu Savério. Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Boletim Campineiro de Geografia, v.2, n.3, [1975] 2008. Texto originalmente intitulado "The evolution of the concept of territory", traduzido de versão publicada no periódico Social Science Information, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29–47. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão: Fabricio Gallo.

LEFEBVRE, Henri. A re-produção das relações sociais de produção. Publicações Escorpião, 1973.

LENCIONI, Sandra. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.120, p.133-148, jan./jun. 2011

MARX, Karl. Maquinaria e grande indústria. In: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Capítulo 13. São Paulo: Boitempo, [1890] 2013.

MARX, Karl. Introdução: produção, consumo, distribuição, troca (circulação). In: Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo, Boitempo, 2011.

NOBRE, Eduardo A.C. Impactos da globalização econômica no Complexo Metropolitano Expandido de São Paulo: possibilidades de ação. FAUUSP, 2002.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SELINGARDI-SAMPAIO, Silvia. Indústria e território em São Paulo: a estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista. São Paulo: Alínea, 2009.